

Editor

Nelson dos Reis

Assistência Editorial

Claudemir D. de Andrade

Preparação de texto

Margaret Presser

Revisão

Marcia da Cruz N. Leme

Edição de arte (miolo)

Divina Rocha Corte

Capa

Christof Gunkel

© Librairie François Maspero (Editions La Découverte), Paris, 1976

Titulo original: *Du passé faisons table rase?*

1, place Paul Painlevé, 75005 — Paris — França

1995

Todos os direitos reservados

Editora Ática S.A.

Rua Barão de Iguape, 110 — CEP 01507-900

Tel.: PABX (011) 278-9322 — Caixa Postal 8656

End. Telegráfico "Bomlivro" — Fax: (011) 277-4146

São Paulo (SP)

Sumário

- Prefácio: Ler Chesneaux no tempo da desunião soviética 5**
- Apresentação 9**
- 1. A história como relação ativa com o passado 20**
 - 2. História e prática social: no campo do poder 28**
 - 3. História e prática social: no campo das lutas populares 38**
 - 4. Marx era um “historiador”? 48**
 - 5. Inverter a relação passado ↔ presente 56**
 - 6. As falsas evidências do discurso histórico 66**
 - 7. Pequena sociologia do saber histórico 80**
 - 8. As quadrilhas do quadripartismo histórico**
 - 9. A nostalgia em relação ao “discurso sobre a história universal” 92**
 - 10. As sociedades pré-capitalistas têm uma história em comum? 100**
 - 11. O capitalismo, agente unificador da história 107**
 - 12. A interioridade nacional em história 112**
 - 13. Introduzir a história natural na história social 130**
 - 14. Tempo curto e tempo longo, continuidade e descontinuidade 138**
 - 15. História pela cúpula e história pela base. As massas populares na história 148**

16. Ritmos da evolução: progressos e retrocessos, deslocamentos e ressurgimentos **158**
17. A inserção da história no espaço: a geopolítica **166**
18. Desencravar o território do historiador: que pluridisciplinaridade? **178**
19. Qual história para a revolução? **185**

1

A história como relação ativa com o passado

Território especializado ou memória coletiva — A “fome” de história — Em que campo se situa o saber histórico? — Armadilhas do intelectualismo e do profissionalismo — Uma expansão artificial

Muitos historiadores vivem no conforto corporativo. A história é seu ofício*, seu “território”**. Eles são os especialistas e são respeitados enquanto tais. A imprensa, ainda mais, a tevê, tem tornado concreta e familiar sua situação de privilegiados *experts* em passado. Esse conforto corporativo está solidamente instalado na própria ambigüidade do termo “história”: ao mesmo tempo o movimento profundo do tempo e o estudo que dele se faz. A biologia estuda a vida; a astronomia, os astros. Mas a “história” estuda a “história”: indício de identificação que

* BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou le métier d'historien*. Ed. portuguesa: *Introdução à história*. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa, Publicações Europa-América, 1965.

** LADURIE, E. Le Roy. *Le territoire de l'historien*.

alimenta uma extraordinária presunção, indício de uma armadilha que se fecha sobre si mesma.

Todavia, cada um sente muito bem que a história é uma coisa totalmente diferente e que ela diz respeito a todos nós. A linguagem cotidiana está cheia de referências à história. Existe a “roda da história”, que gira implacavelmente mas pode parar, acelerar-se, recuar. Existem as “ironias” da história, seus ardis, suas “armadilhas”, seus “desígnios”, suas faces ocultas mesmo para os observadores. A história seria uma grande máquina auto-seletiva, capaz de “reter” ou “esquecer” as pessoas, as datas, os fatos; ela tem até suas questões menores, porque está bem organizada. Ela seria capaz de dar lições, de distribuir lauréis àqueles que conseguiram manter-se em cena ou mesmo de conduzir julgamentos do alto de seu “tribunal”... e às vezes ela guarda seus “enigmas”, recusa-se a falar.

Por trás dessas fórmulas, tão habituais que não chamam a atenção, há alguma coisa de coerente e perigosa, tão perigosa quanto a pretensão dos historiadores profissionais de esgotarem o passado, a saber, a idéia de que a história domina os homens a partir de um lugar externo, exerce sobre eles uma autoridade suprema porque inscrita num passado por definição irreversível e que é preciso inclinar-se docilmente diante dela. Que é o passado, portanto, que comanda o presente.

“Todavia”, diz Marx, “a história não faz nada, ela não possui nenhuma imensa riqueza, ela não trava nenhuma batalha. É sobretudo o homem, o homem realmente vivo, que executa tudo, que domina e que luta.”

Se o passado conta, é pelo que significa para nós. Ele é o produto de nossa memória coletiva, é o seu tecido fundamental. Quer se trate daquilo que se sofreu passivamente — Verdun, a crise de 1929, 1930, a ocupação nazista, Hiroshima — ou do que se viveu ativamente — a Frente Popular, a Resistência, Maio de 1968. Mas esse passado, próximo ou longínquo, tem sempre um sentido para nós. Ele nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir. A história tem uma relação ativa com o passado. O passado está presente em todas as esferas da vida social. O trabalho profissional dos historiadores especializados faz parte dessa

relação coletiva e contraditória de nossa sociedade com seu passado. Nada mais é, porém, do que um aspecto particular, nem sempre o mais importante e jamais independente do contexto social e da ideologia dominante.

A relação coletiva com o passado, o conhecimento ativo do passado, é, ao mesmo tempo, uma exigência e uma necessidade. O passado pesa e deseja-se romper com ele. "Devemos fazer tábula rasa do passado!"

Ao mesmo tempo, "existe uma grande fome de história entre o povo", segundo a fórmula empregada pelo historiador "amador" Claude Manceron, num debate com Claude Mazauric, notável da Universidade e historiador "especialista" do PCF mas aparentemente sem conseguir interessar seu interlocutor nessa questão*. "Tem-se sempre necessidade de ancestrais quando o presente vai mal", ressaltou *Le Monde* (26 de julho de 1974) por ocasião do lançamento simultâneo de um livro sobre os gauleses e de um outro sobre os caubóis americanos.

Com efeito, essa "fome" de história pode conter algo de visceral e primitivo, a busca de um refúgio contra o que vai mal, mas pode também significar uma vontade de luta, uma ligação ativa. A fogueira de Montségur está intensamente presente na consciência occitana de modo renovado e o tráfico de negros, no movimento Black Power, quaisquer que sejam as ambigüidades e as incertezas do movimento occitano ou do movimento negro...

A história, o passado, isso é do interesse de todos. Certos historiadores profissionais têm sentido isso, eles têm buscado dar à história e ao conhecimento histórico uma definição mais coletiva, menos especializada e técnica:

"É o que uma época julga importante numa outra" (J. Burckhardt).

"É a necessidade que cada grupo humano experimenta, a cada momento de sua evolução, de buscar e questionar, no passado, os fatos, os acontecimentos, as tendências que preparam o tempo presente e permitem compreendê-lo, que ajudam a vivê-lo" (Lucien Febvre).

* *France Nouvelle*. 6 de jan. 1975.

Sem dúvida, e esses historiadores da velha geração eram, afinal de contas, bem mais modestos que nossos tecnocratas de computador, eles aceitavam estar, antes de mais nada, à escuta de seu tempo e de seu povo. Mas permaneciam, ainda assim, intelectuais: “observar o passado”, “compreender o presente”... A seus olhos, o conhecimento intelectual do passado, mesmo coletivo, bastava por si mesmo; ele não tinha de esclarecer uma prática social, um engajamento ativo e concreto.

Todavia, nosso conhecimento do passado é um elemento ativo do movimento da sociedade, é uma articulação das lutas políticas e ideológicas, uma zona asperamente disputada. O passado e o conhecimento histórico podem funcionar a serviço do conservadorismo social ou das lutas populares. A história se insere na luta de classes; ela nunca é neutra, nunca está acima da peleja.

O cantor militante occitano Claude Marti canta os alistados rebeldes languedocianos de 1811, negando-se a se deixar matar em nome de Napoleão na Alemanha ou na Rússia, canta os vinhateiros revoltosos de 1907. Mas no verão de 1975 o tricentenário do marechal Turenne deu ao primeiro ministro Chirac ocasião para exaltar as virtudes do “Estado Nacional”, em plena explosão da revolta corsa. Cada um escolhe seu passado, e essa escolha nunca é inocente.

Em que campo se situa o saber histórico, em que sentido funciona a relação ativa com o passado? Nenhum historiador pode eludir essa questão, mesmo que queira.

Ao colocar a relação coletiva com o passado como base do conhecimento histórico, inverte-se radicalmente a relação passado-presente. Não é mais o passado que comanda, que dá lições, que julga do alto de seu tribunal. É o presente que questiona e faz as intimações.

Mas o presente só tem necessidade do passado em relação ao futuro. Não se trata apenas de melhor “viver o presente”, como se contentava Lucien Febvre, mas de mudá-lo (ou defendê-lo). A memória coletiva e o apelo à história desempenham o papel de última instância em relação ao futuro. A relação dialética entre passado e futuro, elemento, ao mesmo tempo, de continuidade e ruptura, de coesão e de luta, é a própria trama histórica.

A história da humanidade é um movimento constante do reino da necessidade rumo ao reino da liberdade. Numa sociedade onde subsistem classes, a luta de classes não poderá acabar. E a luta entre o velho e o novo, entre o verdadeiro e o falso, prosseguirá indefinidamente na sociedade sem classes. [...] A função final do saber histórico é, portanto, fazer um balanço das experiências da humanidade, em matéria de descoberta, em matéria de invenção, em matéria de criação, em matéria de progresso*.

Afirmando o caráter não apenas coletivo mas ativo do conhecimento histórico, da relação com o passado, repele-se, com o mesmo lance, para o fundo da cena os temas usuais do discurso histórico, suas falsas evidências tão comumente admitidas que ninguém se dá nem ao trabalho de demonstrar:

- *O intelectualismo.* O conhecimento intelectual do passado seria um objeto válido por si mesmo, independente da vida social concreta. Engenhosamente, os historiadores inventaram a distinção entre história-que-se-faz e história-que-se-escreve. A primeira seria coisa de “políticos”, ocasionalmente com intervenção, feliz ou lastimável (segundo se é de direita ou esquerda), das massas populares. A segunda, a que se escreve, seria coisa de historiadores. Mas esse intelectualismo está profundamente enraizado. É evidente para os historiadores de ofício, e o “grande público”, por sua vez, está habituado com ele. Marc Bloch escreveu sua *Apologia da história* quando foi expulso da Sorbonne, acossado pelos nazistas, rumo à resistência clandestina, às torturas, à morte. Todavia, ele ali declarou, em sua linguagem de dinasta universitário:

Tivesse a história de ser eternamente indiferente ao *Homo faber* ou ao *Homo politicus*, e já lhe bastaria para sua defesa ser reconhecida como necessária à plena realização do *Homo sapiens* [...]; a história tem prazeres estéticos que lhe são próprios [...]

- *O objetivismo apolítico.* Sorri-se com desdém quando se cita a frase de Fénelon: “O bom historiador não é de nenhum tempo nem de nenhum país”; velha querela ultrapassada, diz-se. Mas

* TSE-TUNG, Mao. *Petit livre rouge*. p 218.

Paul Veyne, especialista em história antiga muito “estimado” por seus colegas, escreve ainda em 1968, na *Encyclopedia Universalis*:

“Um historiador sério, quer dizer, desinteressado, não se interessa pela história da França porque é francês. Ele se interessa por ela por amor à história”.

Pouquíssimos historiadores de ofício aceitam refletir séria e rigorosamente sobre o papel que tem sua atividade profissional na vida política e social francesa: ela atua a favor da ordem estabelecida ou a favor das lutas revolucionárias? Pouquíssimos aceitam refletir sobre as relações que existem entre os temas de seus estudos, a própria forma pela qual são conduzidos e o equilíbrio da sociedade burguesa. Vivem confortavelmente na idéia do isolamento entre “ofício” e sociedade.

- *O profissionalismo.* A história, o conhecimento do passado, dependeria principalmente das qualificações técnicas, da habilidade, do ofício. O saber histórico circularia na sociedade de acordo com um dispositivo de mão única: ele se elaboraria em circuito fechado, nas esferas eminentes de pesquisa especializada, para depois tornar a descer, de andar em andar, degradando-se à medida que o faz — manuais escolares, historiadores “amadores”, vulgarização...

Recusar esse discurso elitista não significa que não se coloquem problemas reais e difíceis: tem-se necessidade de uma certa divisão de trabalho visando a conhecer o passado? Pode-se criticar o profissionalismo do historiador e, ao mesmo tempo, manter a exigência de rigor científico? Mas as pessoas do ofício só discutem esses problemas no interior de seu pequeno mundo corporativo e privilegiado; elas consideram seus privilégios corporativos óbvios. É preciso, pelo contrário, partir do lugar global e do papel do passado em nossas sociedades divididas contra elas mesmas, dilaceradas por contradições sociais agudas, e só então se podem abordar os problemas técnicos próprios ao saber histórico.

A produção histórica se encontra hoje em expansão, e muitos profissionais se felicitam por isso, centenas de teses, revistas especializadas que se multiplicam, inumeráveis volumes para o grande público, colóquios eruditos a propósito de tudo, reedições frequentes de documentos antigos e outras lucrativas operações de

mercado livreiro. Mas essa expansão espetacular oculta um debate político: ela atua em que sentido e a favor de quem?

Enquanto a velha história factual se mantém muito viva, notadamente no cinema e na tevê, duas correntes históricas estão hoje em fase ascendente: — Nova História, da qual os volumes coletivos de Pierre Nora e Jacques Le Goff (*Faire de l'histoire*) foram como que um manifesto e que está ávida por influência junto ao grande público (publicação, tevê, etc.); ela se quer atraente, aberta a todos os problemas do homem, mentalidades, técnicas, vida e morte... E a história universitária marxista, apoiada no prestígio e nos meios materiais da história acadêmica soviética, assim como nas posições ganhas após 1968 pelo Partido Comunista na instituição universitária (UER, revistas, colóquios, etc.). Essas duas correntes, entre as quais intervém um jogo complexo de rivalidades, compromissos, cooperações, estão ambas fundamentadas numa aceitação comum das falsas evidências do saber histórico (capítulo 6) e das regras sociais de funcionamento de instituições de historiadores (capítulo 7). Essas duas correntes, a respeito de cuja influência se retornará muitas vezes nos capítulos seguintes, propagam, uma e outra, uma concepção dos mecanismos históricos que se apóia na *lenta continuidade*, nos processos exteriores ao movimento *ativo* das massas. O tecido fundamental da história seria constituído, num caso, pela "longa duração" braudeliana; no outro, pela lenta dinâmica das forças produtivas entrando inelutavelmente em contradição com as relações de produção (como explicou doutamente Althusser a John Lewis). O que tem por desfecho, de qualquer maneira, desapropriar e expulsar as massas populares de sua história, simultaneamente porque se reserva seu estudo aos especialistas privilegiados e porque se lança a dúvida sobre sua capacidade de intervenção ativa, sua capacidade de "fazer história". Adeptos da Nova História e marxistas acadêmicos, assim como a velha história factual, ignoram a relação fundamental entre saber histórico e prática social.

2

História e prática social: no campo do poder

O passado como autoridade política — Aniversários de Estado — Controle das fontes e ocultação — Gaullismo e giscardismo em face do passado francês — A quem o passado incomoda? — Cada sociedade de classe controla o passado à sua maneira

Nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos por meio dos quais a classe dirigente mantém seu poder. O aparelho de Estado procura controlar o passado, simultaneamente, no nível da política prática e no nível da ideologia.

O Estado e o poder organizam o tempo passado e moldam sua imagem em função de seus interesses políticos e ideológicos. No antigo Egito faraônico ou na China das dinastias imperiais, era a sucessão das dinastias que moldava a história, marcava o tempo, datava os anos, formava a substância da consciência histórica coletiva. A história redigida pelas comissões oficiais de escribas e mandarins era um serviço de Estado, que apresentava o poder monár-

quico como a base de toda a máquina social através da própria dimensão do tempo. Tais eram, ainda, a estrutura e a função da história da França até o século XIX; ela era disposta segundo a sucessão das linhagens reais: desde a infância, gravavam-se nos espíritos os nomes dos merovíngios, carolíngios, capetíngios e, portanto, toda a ideologia subjacente de aceitação do poder monárquico. Se o discurso histórico da burguesia ascendente é na aparência mais liberal e se ele pretende uma reflexão mais geral sobre o curso da história é porque a Antigüidade e a Idade Média são úteis instigadores para os Tempos Modernos, que completam a dominação da burguesia e lhe abrem o futuro. A estrutura do passado que foi elaborada pelos historiadores do século XIX, os Tocqueville, os Duruy, os Lavissee, os Seignobos, era ideologicamente mais coerente: o progresso “desembocava” no próprio poder da classe ascendente e assegurava sua perenidade.

As classes dirigentes e o poder de Estado freqüentemente apelam ao passado de modo explícito: a tradição, aí incluídos os seus componentes culturais específicos, a continuidade e a história são invocadas como fundamentos do princípio de sua dominação. Para Bossuet, a monarquia absoluta do Rei Cristianíssimo era a absorção de toda a história do mundo. Para Hegel, o Estado prusiano era o produto eminente de toda a dialética da história. O Kuomintang, de Chang Kai-Chek, reivindicava abertamente o tradicionalismo de Confúcio e combatia o comunismo em nome do passado chinês. O apelo à autoridade do passado tem a mesma função na filosofia reacionária de 1815 (De Bonald) ou entre os conservadores muçulmanos contemporâneos.

Mais perto de nós, o poder político do gaullismo se fundamentava, entre outros elementos, numa hábil apropriação do passado da França, apresentado como algo em comum do povo francês. As palavras “permanência”, “continuidade”, “tradição” e “herança” retornavam sem cessar no discurso histórico gaullista, no sentido de reforçar o prestígio e a autoridade do general: uma França dada como absoluta, uma Idéia onipotente, sob cuja dependência todos deviam situar-se docilmente e em nome da qual se aceitassem todos os sacrifícios. Tinha-se como evidente que De Gaulle era o depositário e a continuidade daquela “determinada idéia da França”:

O general levava consigo qualquer coisa de primordial, de permanente, de necessário, que ele encarnava em nome da História e que o regime dos partidos não podia representar — disse De Gaulle em sua saída do governo em 1946.

A pátria se lembra... É a mesma chama que, uma geração antes, fez em seguida erguer os monumentos aos mortos em nossas vilas e cidades, que a cada 11 de novembro reunia as populações em torno das bandeiras dos nossos antigos combatentes, que queima simbolicamente sob o Arco do Triunfo de l'Étoile. É a mesma chama que inspirará no futuro, como ela o fez no passado, a alma da França eterna — declarou em 11 de novembro de 1968, como que para conjurar os demônios de Maio de 1968.

Às vezes, também a utilização do passado é menos direta e menos explícita. É pelo viés da ideologia difusa que a história é chamada para defender a ordem estabelecida e os interesses das classes dirigentes: manuais escolares, filmes e tevê, imaginário. Dessa maneira, os livros escolares apresentam uma imagem de Luís XIV que não é inocente. O “grande homem” é chefe da história, ontem e hoje. Seus fracassos são provenientes de seus erros, e os espíritos das crianças são formados, assim, numa culpabilidade moralizante. A guerra civil, para tomar outro exemplo, é sempre marcada nos manuais por um signo negativo mais forte, em oposição à guerra contra estrangeiros, hora de provação, de sacrifício e de glória; a guerra civil é a catástrofe suprema. Armagnacs e Bourguignons, guerras de religião, Comunas de 1871. As imagens de Épinal eram, no século XIX, um poderoso instrumento de propagação daquela ideologia difusa com base histórica: prestígio do exército e dos soberanos, moralismo familiar, valor salutar do trabalho. Pode-se dizer a mesma coisa da moda retrô ou do cinema. Desde o início dos anos 1970, ela refletia mais estritamente os mecanismos políticos pelos quais a corja Pompidou tencionava se manter no poder; nos filmes sobre a Belle Époque, os anos 1925, Vichy sobretudo, destilavam o cinismo político, o arrivismo individual e a ignorância deliberada sobre os problemas do presente.

Ocorre também ao aparelho de Estado intervir mais concretamente, para ritualizar o passado e colocar a seu serviço a memória popular. São os fatos nacionais, as comemorações e os aniversários

solenes. O 11 de Novembro francês é altamente político, é em 1919 que a data do armistício de 1918 foi instituída como fato nacional, na busca do nacionalismo “tudo azul” e na demagogia apolítica dos Antigos Combatentes. Em 1970, as festas de Persépolis serviram internamente ao poder absoluto da monarquia iraniana e externamente à sua política de integração ao mundo “moderno” do capitalismo multinacional. Em 1974-1976, para o bicentenário da independência americana, multiplicaram-se os colóquios eruditos e os *shows* históricos, os discursos oficiais e os *gadgets* comerciais, as reedições de documentos de época em formato de luxo e as visitas de escolares aos locais relevantes da revolução: tudo isso concorre para dar ao povo americano a mesma idéia de seu “destino excepcional” (*Manifest Destiny*): sempre teve direito a ele mas sob a condição de permanecer unido, respeitoso para com seus chefes. Os vivíssimos antagonismos de classe que nasceram à época da Guerra de Independência são cautelosamente ocultos, assim como as relações racistas da “jovem democracia” com os indígenas, cujo genocídio era indispensável para sua expansão.

Todos esses aniversários e comemorações (poder-se-iam também evocar os funerais de Churchill ou o bicentenário da chegada na Austrália do capitão Cook, ou o centenário do Meiji no Japão conservador de 1968) funcionam exatamente da mesma forma: patrocínio oficial, estatal, de uma celebração histórica, espetáculo de massa com divertimentos populares; esquematização de um evento passado como suporte da ideologia dominante; ocultação dos aspectos não-oficiais do acontecimento escolhido, notadamente, das provocações e lutas dos setores populares.

O poder ainda controla o passado, de forma muito mais ativa e direta. Ele fundamenta sua prática política, sua decisão, suas escolhas sobre o passado, sobretudo o passado mais recente, tal como tem conhecimento por sua polícia, seus organismos de estudos, seus relatórios administrativos. Trata-se de uma “história imediata” de Estado, que opera no sigilo, tanto através da coleta de materiais como de sua exposição.

Ela funciona para uso exclusivo do poder e com uma eficácia que pode ser comprovada por aqueles que dela têm conhecimento, por exemplo, quando esses documentos são subitamente divulgados em seguida a uma guerra, uma revolução ou um escândalo. Es-

sa história ativa, diretamente fundamentada na relação passado-presente, é infinitamente mais funcional que os discursos dos historiadores profissionais...

O poder de Estado fiscaliza igualmente, na fonte, o conhecimento do passado. A grande maioria dos “documentos de primeira mão” (capítulo 6, crítica dessa noção), tão caros aos historiadores, é de origem estatal ou paraestatal, e isso é particularmente verdadeiro no que diz respeito aos documentos quantificados:

O território do historiador é profundamente marcado, alinhado pelo dispositivo da repressão [...], nossa memória é a memória do poder, que funciona como um monstruoso aparelho de registro [...]: arquivos do aparelho de Estado (fisco, moeda, etc.); arquivos da Igreja (contabilidade, eclesiástico, hospitais, registros paroquiais); arquivos dos poderes privados (grandes firmas senhoriais, grandes companhias comerciais)... Do real, conhecemos apenas o que podemos inferir das séries de índices que o aparelho do poder registrou e nos transmitiu*.

O controle do passado e da memória coletiva pelo aparelho de Estado dirige sua atenção para as “fontes”. Com muita frequência, ele tem o caráter de uma retenção na fonte... Sigilo dos arquivos, quando não destruição de materiais embaraçosos. Esse controle estatal levou a que faces inteiras da história mundial subsistam apenas através daquilo que disseram ou deixaram de dizer os opressores. As revoltas civis chinesas são conhecidas pelo que escreveram os historiadores mandarinais, os cartagineses, pelos textos romanos, os albigenses, pelos cronistas reais ou pontifícios. Ora se mutila e se deforma, ora se faz o silêncio completo. No extremo dessa lógica de Estado, os mandarins confucianos chamam “fei” aos rebeldes e dissidentes; *fei*, partícula gramatical negativa, os que não existiram e que não contam aos olhos da história...

A *ocultação* é um dos procedimentos mais comuns nesse dispositivo de controle do passado pelo poder. O passado é um estorvo do qual é preciso se livrar. No dia seguinte à derrota americana

* L'idéal historique. In: *Recherches*. n. 14.

na Indochina, em 1975, Kissinger declarava: nós não podemos nos permitir debater o passado; o que nos é necessário é a unidade nacional com vistas ao futuro. E Mansfield, chefe da “oposição” democrata no Senado, repetiria em eco: estou de acordo com o presidente; não é hora de recriminações históricas.

As guerras imperialistas e coloniais são, com efeito, um terreno propício para essas operações redutoras. Na França, há um complacente acordo sobre a Resistência, convertida em imagem de um Épinal apolítico, sem caráter de classe. Mas a guerra da Argélia! Assunto tabu para as classes dirigentes e os milionários do poder, engajados hoje com Argel numa política neocolonialista, pouco preocupada em analisar suas origens. Assunto tabu para a opinião pública francesa, que prefere eliminar as lembranças e as imagens de repressão, tortura, guerra feita contra todo um povo durante oito anos, e esquecer sua própria responsabilidade coletiva. É assunto tabu para as “grandes organizações operárias” porque a guerra de 1954-1962 foi um pouco como a de 1914-1918, um minuto de verdade e o sinal gritante de sua impotência para empregar seus princípios de internacionalismo. A situação não é diferente na própria Argélia. Um comitê nacional de pesquisa histórica foi recentemente constituído para coletar todos os documentos e todas as relíquias da guerra de libertação nacional. Era dirigido pelo chefe da Polícia e tinha por objetivo, de fato, ocultar todo material que pudesse ser embaraçoso para alguns. O povo argelino respondeu maciçamente à convocação para, em seguida, não mais ouvir de nada... Uma vez mais, a memória popular era desapropriada.

A política de *ocultação* do passado pelo poder permite um interessante paralelo entre o discurso histórico gaullista e o giscardiano. É prova reveladora de tudo que separa essas duas estratégias políticas da burguesia francesa. Giscard suprimiu a celebração do 8 de Maio, aniversário da vitória de 1945, tempo fértil da mitologia gaullista:

Essa guerra foi fratricida para a Europa [...]; a aspiração comum de nossa vontade é que ela seja a última [...]; é para marcar essa certeza que decidi não mais comemorar, de hoje em diante, esse aniversário. É tempo de abrir a estrada do futuro.

O ministro da Educação, Haby, numa mensagem a todos os estudantes da França, disse, por sua vez, no início de 1975: o passado não conta mais — enfrentemos o ano 2000. E o primeiro-ministro Chirac convidava “a exorcizar os velhos demônios do passado”. Abrir o futuro, enfrentar o ano 2000, exorcizar os velhos demônios, tudo isso reflete uma ideologia da modernidade sistematicamente cultivada há muito tempo pelo grande capitalismo americano, que a burguesia francesa rejeitava com De Gaulle (“continuar” a França), à qual ela se ligou só muito prudentemente com Pompidou (exaltar a modernidade mas sem romper com as tradições da “terra natal”). Com Giscard, o passado está cumprido. A ideologia capitalista americana apresenta como “a-histórica” a consciência política americana (por mais simplista que seja essa fórmula). Giscard, Haby e Chirac procuram também colocar a França no estado de “levitação histórica”. É preciso “viver no presente”, desinteressar-se em relação ao passado. Perdem-se de vista os pontos de referência que permitiriam criticar radicalmente o presente, definir assim para o futuro a exigência de uma sociedade qualitativamente diferente. O capitalismo se identifica com um único futuro possível para ele: o seu próprio. O passado não desapareceu, sem dúvida, das frases oficiais nem do meio cotidiano, mas não é mais esse soberano convertido em estátua, que De Gaulle evocava fortemente. O passado é agora disposto em peças, convertido em elementos dispersos de um sistema inofensivo. Ele é manipulado em função das exigências do momento: discursos para o aniversário de Joana D’Arc, emblemas muito “velha França” para identificar um bloco de concreto suburbano, curiosa árvore genealógica do presidente da República...

A ocultação do passado é um dos procedimentos favoritos do poder. É monopólio das classes dirigentes? Os retratos dos companheiros de Thorez na prisão da Santé, em 1930, que desapareceram das edições sucessivas de *Fils du peuple* à medida que certos personagens eram eliminados da secretaria política do PCF... Ou o silêncio sobre Trotsky na União Soviética. O passado incomoda aqueles que estão incumbidos de preservar, no interior de um partido ou aparelho de Estado, qualquer que seja a etiqueta política oficial, seu poder particular. Mas todo descarte do passado é repreensível em si? O passado embaraça quem? Quais são as prioridades? On-

de se obtém o esclarecimento *seletivo* do passado em função das lutas reais, das prioridades políticas reais, e onde começa a ocultação deliberada, a falsificação por razão de Estado? Toda escolha política implica risco de erro.

Não passaria pela nossa cabeça acusar os revolucionários vietnamitas quando, no dia seguinte à libertação de Saigon, convidaram o povo a esquecer as divisões do passado recente e reconstruir o país. Aqui, o passado, quer dizer, a atitude de cada um em relação à luta revolucionária e aos americanos até 1975, pode efetivamente atrapalhar a obra conjunta da reconstrução, que tem prioridade. Mas em que casos esse tipo de raciocínio está fundamentado em aspirações e interesses das massas? Em que casos nada mais é que um discurso manipulador?

O controle do passado pelo poder é um fenômeno comum a todas as sociedades de classe; mas ele se efetua segundo modalidades específicas, em função das exigências de cada modo de produção dominante. Nas sociedades asiáticas, a história é uma questão de Estado, atributo e sustentáculo essencial de cada ciclo dinástico. No Ocidente feudal, a história prolonga o discurso moral e religioso do cristianismo medieval; ela ilustra a ascese segundo a moral cristã, a aceitação da onipotência divina, o respeito ao poder monárquico e senhorial. Na União Soviética, aparentemente muito afastada em sua estrutura social, encontra-se uma relação bem específica. A teoria dita dos cinco estágios permite, desde a época stalinista, esquematizar comodamente a história do mundo: comunidade primitiva, escravidão, feudalismo, capitalismo, socialismo. O poder da burocracia soviética é apresentado como o ponto culminante de toda a história, sua legitimidade é fundamentada para sempre; a prática da história faz parte dos mecanismos de defesa da nova camada privilegiada. Na China, onde a situação é muito mais complexa e se fala abertamente de “luta entre as duas linhas”, reencontra-se contraditoriamente uma história popular vivida no nível das massas, fundamentada em sua própria experiência, e práticas autoritárias, dogmáticas.

Por um lado, faz-se amplo apelo à memória popular; por outro, obscurece-se bruscamente toda carreira anterior de Liu Shao-Shi quando sobrevém a crise ou se cobre de segredo de Estado o assunto Lin Piao, do qual se fornecem apenas versões tardias e

fragmentadas, ao menos em direção ao exterior. Na época do capitalismo liberal, existe também uma relação específica entre as exigências do modo de produção dominante e o funcionamento do saber histórico. Mas essa relação não é direta, mecânica. Ela é feita ao mesmo tempo de intervenções abertas do Estado, das quais muitos dos exemplos acabam de ser citados, e pressões ideológicas difusas. Os historiadores estão convencidos de que dispõem de “liberdade científica”, mas reproduzem em sua atividade profissional todas as condutas características da sociedade capitalista em seu conjunto (capítulos 6 e 7).

O saber histórico, entrincheirado atrás de sua objetividade, finge ignorar que reforça com toda a autoridade do Tempo o poder de tal instituição ou aparelho. É o caso da “história da Igreja”, sistema ideológico que submete os católicos aos valores da estabilidade, da continuidade, da autoridade, da adaptação lenta; os cristãos de esquerda lhe opõem o que constitui o passado real do catolicismo: crises, tateamentos, cisões, deserções, rupturas... É o caso, ainda, da “história da Educação”, apresentada por Durkheim, Marrou ou Prost como uma construção contínua, cada vez mais perfeita, de Carlos Magno à III República, passando pelos colégios jesuítas e os liceus napoleônicos; esse discurso ideológico é histórico somente em sua forma; ele visa a apresentar como um absoluto, como uma construção “histórica” o sistema atual de enclausuramento escolar e de condicionamento das crianças pela ideologia burguesa: respeito passivo pelo saber, competição individual, aceitação das desigualdades sociais em nome das desigualdades de “capacidade” ou “atitude”.

Resgatar de cada etapa do passado a relação específica entre o saber histórico e o modo de produção dominante, tal deveria ser a verdadeira função da historiografia (ou da história da história). Entretanto, quando esse estudo consegue (bem raramente) interessar aos historiadores de “ofício”, é sob uma forma puramente narrativa. Retraçam-se os progressos do saber histórico através das idades, por acumulação de conhecimentos e refinamento dos métodos críticos; essa atividade intelectual autônoma progrediria como que em circuito fechado.

A confiança corporativa dos historiadores agrega frequentemente os “colegas” do passado, Tucídides e Ibn Khaldun, Froissard

e Gibbon. São os pioneiros que se gosta de evocar, ao menos para se convencer de que “fizeram-se progressos”. De fato, por meio das relações específicas de cada sociedade, as classes dirigentes quase sempre confiaram o estudo do passado aos profissionais ou aos semi-profissionais: padres e monges, burocratas, arquivistas, homens políticos descartados do poder, ricos ociosos, docentes. Esse caráter elitista é constante. Excetuando-se raros historiadores “franco-atiradores” ou militantes do tipo dos Buonarotti e Lissagaray, o saber histórico é açambarcado por uma minoria que é conivente com a classe dirigente, aceita seus valores ideológicos e leva, no geral, a mesma vida confortável que ela; do escriba egípcio ao acadêmico soviético, passando pelo historiador liberal “de esquerda”.

Se o passado conta para as massas, é na outra vertente da vida social, quando ele se insere diretamente em suas lutas.

3

História e prática social: no campo das lutas populares

O passado como recusa e recurso — Quebequenses, aborígenes e occitanos — lastros dos movimentos nacionais e das lutas sociais no passado: burguesia e massas populares — As armadilhas do passado mítico: rigor científico e rigor político — O “ano 1” como ruptura do Tempo

Na luta contra a ordem estabelecida, recusar o passado e suas imagens de opressão é uma tendência natural. “Devemos fazer tábula rasa do passado!...” Durante a Revolução Francesa, decapitaram-se as estátuas, amassaram-se as armaduras, queimaram-se as árvores genealógicas e os pergaminhos feudais. Na China, a Revolução Cultural convidou para a destruição dos *sijiu*, os “quatro velhos”: velhas idéias, velhos costumes (coletivos), velha cultura, velhos hábitos (individuais).

Mas a recusa do passado não exclui o recurso ao passado. À versão oficial do passado, feita de acordo com os interesses do poder e, portanto, mutilada, censurada, deformada, as massas opõem uma imagem mais sólida, uma imagem de acordo com suas aspirações e que reflete a riqueza *real* de seu passado.

Essa conquista é muito sensível durante o século XIX, nos movimentos de libertação nacional da Europa central. Edição de textos antigos, redação de manuais de história nacional, apresentação de obras de arte da Idade Média, coletânea de contos folclóricos, tudo o que valorizava o passado próprio da Boêmia, da Hungria, da Sérvia, da Romênia, representava mais apoio acrescentado à luta de emancipação desses povos contra a dominação austríaca ou turca.

A vontade de libertar o passado, de nele se apoiar para afirmar a identidade nacional, é igualmente forte nos movimentos de libertação do Terceiro Mundo no século XX. Os próprios nomes dos novos Estados, Gana, Mali, reanimam tradições da Idade Média negra completamente esquecidas na época colonial, quando esses países se chamavam Gold Coast ou Soudan francês. Os revolucionários tupamaros retomaram e popularizaram o nome do último príncipe inca (Tupac-Amaru) que resistiu aos espanhóis no século XVI: o passado é um lastro para as lutas do presente. A conquista dos revolucionários vietnamitas ou palestinos é o mesmo: suas unidades militares e suas ofensivas armadas foram colocadas sob o apadrinhamento de grandes nomes guerreiros de seu passado nacional: Tran Hung Dao, o vencedor dos mongóis no século XIII, ou Yarmouk, a grande vitória dos árabes sobre os bizantinos no século VII.

A reivindicação do passado e sua reconquista tomam frequentemente a forma de uma inversão dos signos e valores; é o momento de uma zombaria. Quando os militantes indígenas ocuparam a antiga fortaleza de Alcatraz, em 1970, na baía de San Francisco, ofereceram simbolicamente o pagamento de 25 dólares de prata: o preço oferecido com desdém pelos brancos aos indígenas para se instalar na ilha de Manhattan, no século XVII.

A preservação dos sítios do passado faz parte dessas reivindicações populares; o direito a um passado próprio se confunde com o direito de existir hoje, como o explicava um índio cherokee em 1972:

O povo cherokee se estabeleceu há cerca de dois mil anos ao longo do rio Little Tennessee. Eles construíram ali casas e vilas. Foi lá que a sociedade cherokee se formou. Hoje, resta

muito pouco dos sítios ou antigas vilas cherokees. Foram todos inundados ou destruídos. A única zona que subsiste, e que teve uma significação para os cherokees, é o vale do Little Tennessee. E, hoje, também o vale está ameaçado de inundação. O governo planeja instalar ali uma barragem.

[...] Por que destruir a história de um povo, quando toda a parte Leste do Tennessee está coberta de lagos?

[...] Os cherokees foram lesados em rela o a sua terra, encurralados como gado, levados para uma terra estranha. Roubaram-lhes a identidade. Destru ram-se os índios quando os afastaram de sua terra. Foram roubados quando se declarou que não eram cidadãos deste país e, por esse motivo, não tinham nenhum direito sobre esta terra. Agora, o governo vai concluir essa destrui o, declarando que esses mesmos índios não têm o direito de ter um lugar onde possam vir e dizer a seus netos: era aqui que ficavam nossas vilas. Foi aqui que nossa cultura começou. Foi aqui que cultivamos nossa língua. Foi daqui que partimos.

[...] O homem branco quer nos privar disso. Ele comete o genocídio total*.

Para os aborígines da Austrália, a afirma o de seu passado original faz parte do protesto contra a domina o branca e o quase-extermínio de seu povo. Eles acusam os manuais australianos de história de os ignorarem; destacam que ocupam essa terra desde tempo imemorial, dezenas de milhares de anos, que seu modo de vida tradicional não-agrícola, ao contrário de ser "primitivo", se fundamenta num equilíbrio ecológico e demográfico muito elaborado: limita o da pesca e da caça, limita o dos nascimentos, controle das doenças. Foi a ocupa o branca que importou doenças que os dizimam, que os isolou nas reservas sob o pretexto de evangeliza o. A reafirma o desse passado muito antigo caminha paralelamente com uma alvorada política: o cortejo da rainha, vindo em 1970 comemorar a chegada do capitão Cook sob a designa o insultante de "bicentenário da Austrália", foi atropelado por manifestantes que conduziam grandes faixas, bordadas em negro com os nomes das tribos exterminadas pelos brancos. Uma "embaixada

* *Liberation News Service*. Nov. 1972.

aborígene” foi aberta sob uma tenda, diante do Parlamento de Camberra...

Também em Quebec a revisão da história oficial é considerada um dos pontos de partida da luta popular:

Nossas elites nos contaram histórias sobre nosso passado. Elas nunca situaram nosso passado na história. As histórias que nos contaram sobre nosso passado eram concebidas para nos manterem, povo quebequense, fora da história.

A elite que colaborou com o colonizador inglês após a derrota da rebelião de 1837-1838 agiu como toda elite de um povo colonizado. Em vez de lutar para desvincular Quebec do colonizador, ela se voltou para um passado “heróico” para não enfrentar o presente. Ela se pôs a glorificar as explorações dos Champlain, dos Madeleine de Verchère, dos Santos Mártires canadenses...

Gerações de canadenses foram doutrinadas nesse nacionalismo de retaguarda, onde nos definíamos como um povo eleito que tinha por missão evangelizar o mundo e expandir a civilização católica francesa através de toda a América. [...]

Nós, quebequenses, sofremos o colonialismo. Somos um povo prisioneiro. Para mudar nossa situação, é preciso primeiramente conhecê-la. Para conhecê-la bem, é preciso analisar as forças históricas que a dirigiram. [...]

Este pequeno manual se propõe a ser uma retomada de posse. A retomada de posse de nossa história, primeiro passo da retomada de posse de nós mesmos para passar ao grande passo, a retomada de posse de nosso futuro*.

Entre os militantes occitanos, da mesma forma, a recusa da história oficial, ou seja, da “história da França” centralista, caminha paralelamente com a vontade de se reapropriar de seu passado, ao mesmo tempo para reavaliá-lo e para melhor se afirmarem:

Ensinam-nos a história da França, declaravam jovens occitanos no encontro de Montségur em junho de 1972, quer dizer, a história da centralização perseguida por Luís XIV e Napoleão. Queremos, pelo contrário, redescobrir a história dos povos

* BERGERON, Léandre. Prefácio do *Petit manuel d'histoire du Québec*. Montréal, 1972.

que compõem a França. Ocultam-nos a poesia dos trovadores, o sistema de administração das cidades do Midi na Idade Média, a história dos *camisards*, as revoltas dos vinhateiros do Languedoc... Roubaram nosso passado e hoje retomamos nossa história lá onde ela se encontra*.

À medida que se ampliam as reivindicações políticas dos bretões, dos occitanos, dos alsacianos, dos corsos, o acento é posto sobre o conteúdo *popular* de sua herança própria; rompem assim com o apoliticismo conservador dos bardos e dos félibres. No mesmo ano de 1975, a Frente Cultural alsaciana celebrou a Guerra dos Camponeses de 1425; os bretões comemoravam o tricentenário da Revolta dos Bonnets Rouges de 1675 (cujo próprio nome é uma reconquista porque os manuais de história da França o ignoraram sistematicamente em benefício do termo Revolta do Papel Timbrado, que reflete o ponto de vista das forças da ordem); o teatro occitano da Carriera encenou as greves dos mineiros de Cévennes no século XIX (*Tabo***, quer dizer, "Resista!"); o teatro occitano de Toulon representou em todo o Midi a luta armada contra o golpe de Napoleão III, tal como foi encaminhada nos Baixos Alpes (1851). Todas essas lutas populares escalonadas ao longo dos séculos são outros tantos lastros para as lutas de hoje contra o capitalismo centralista.

Pois o passado também alimenta as lutas sociais. A memória do movimento operário está cheia da lembrança de greves que são por vezes de alcance nacional ("36"), por vezes locais, esquecidas em outros lugares que, porém, marcaram profundamente uma região. Em Milau, as grandes greves do couro em 1935 fazem parte da experiência coletiva dos trabalhadores. No romance de Roger Vailland, *Beau masque*, esse poder mobilizador da memória operária é simbolizado pela figura do operário Cuvrot, veterano da greve de 1925 contra os empresários da fiação desse pequeno vale do Bugey e animador (no romance) das greves de 1951, contra a normalização da produção e os efeitos do Plano Marshall.

* *Le Monde*. 26 jun. 1972.

** Forma abreviada da expressão "Tiens bon!".

Na China, o recurso à memória popular é organizado sistematicamente. Coletam-se baladas e cantos que refletem as tradições de luta camponesa contra a opressão. Em 1974, quando de uma banal viagem de turismo, encontrei uma boa dezena de pessoas idosas, habituadas a contar suas lembranças da dominação feudal das fábricas capitalistas, da ocupação japonesa, da tirania do Kuomintang. É uma política sistemática de comunicação entre as gerações. As lembranças de opressão e luta valorizam a capacidade política do povo, sua aptidão para encarregar-se de seus assuntos no decorrer dos grandes movimentos de massa como o Salto para Frente ou a Revolução Cultural.

Nos Estados Unidos, o passado é também campo de lutas políticas muito vivas. Contra a versão bem-pensante da história americana, a exaltação da *fronteira* dita niveladora dos pioneiros, o *consenso* (unidade de objetivos), o *Manifest Destiny* e a ingênua fé na missão dos Estados Unidos insurgiram-se os historiadores "revisionistas": W. A. Williams, G. Kolko, Horowitz, H. Goldberg. Eles realçam o conteúdo real do imperialismo americano, o racismo, o caráter artificial da democracia. Evocam a importância dos antagonismos de classe e dos conflitos sociais ao longo de toda a história americana. Destroem o mito da "a-historicidade" da consciência política americana, mito que deixa o campo livre para a ideologia capitalista de livre-iniciativa e de expansão. Dessa luta participam não somente os historiadores dissidentes do mundo universitário, mas também, ainda mais vigorosamente, as minorias oprimidas do país. Os índios destacam que o passado americano não começou com a chegada dos brancos. Os negros chamam a atenção para os programas de estudo *Afro Studies*, tomando o sentido oposto da imagem convencional de uma América cuja história é a dos brancos. Os chicanos (mexicanos americanos) e os porto-riquenhos afirmam sua hispanidade contra a cultura anglo-saxônica dominante. Os cajuns se prendem à língua francesa.

O conhecimento do passado mantém simultaneamente a *nostalgia* e a *cólera*, segundo a fórmula cara aos românticos ingleses.

Outros historiadores relatam os fatos para nos informar os fatos; vós os relatais para excitar em nossos corações uma ira intensa em relação à mentira, à ignorância, à hipocrisia, à superstição, à tirania, e a cólera se mantém mesmo depois que se desvaneceu a memória dos fatos*.

Mas multiplicam-se também os exemplos, e esse é um problema mais complexo, de idealização do passado para adaptar mais solidamente as lutas populares contra os proprietários e poderosos. No século XVII, a seita radical dos Levellers (niveladores), em luta contra a monarquia burguesa inglesa, buscava numa imagem ingênua e idealizada da democracia saxônica primitiva, anterior à conquista normanda, a ira em relação aos senhores e aos ricos. Os Taiping da China, no século XIX, apoiavam-se, em sua luta contra o feudalismo chinês e a dominação, numa imagem idealizada da dinastia Zhou (primeiro milênio a.C.), apresentada como uma sociedade agrícola igualitária.

Durante a Revolução Francesa, as imagens da república desempenhavam o mesmo papel: roupas romanas ou, ainda mais, pseudo-romanas, prenomes (“Graco” Babeuf), vocabulário político, pintura história de David. A burguesia e seus aliados buscavam nessa romanidade teatral armas contra a cultura monárquica e cristã, parte integrante do Antigo Regime a se abater. O que contava era o vigor do passo político e não o rigor histórico. O que se queria era demonstrar que a nova sociedade era legítima, que ela podia ambicionar uma nova ordem com pretensões universais (as “repúblicas-irmãs” do Diretório, idade de ouro da humanidade revolucionária) porque podia invocar precedentes republicanos mais antigos e mais respeitáveis que a monarquia feudal francesa.

A função da história na prática social das classes dirigentes era relativamente fácil de definir (capítulo 2). Mas a relação ativa que as lutas populares estabeleceram com seu passado é muito mais complexa. Daí o caráter de inventário descritivo que têm os exemplos que acabaram de ser apresentados: Quebec e os índios

* Carta de Diderot a Voltaire.

dos Estados Unidos, os occitanos e os aborígenes, as lutas de libertação nacional do século XIX e as lutas operárias contra o patronato francês. Seria necessário um esclarecimento teórico, o que vai além do quadro do presente ensaio. As questões são numerosas e cabe primeiramente àqueles que participam dessas lutas respondê-las. O passado não tem maior peso para as lutas marginais e minoritárias (ou seja, a maior parte dos exemplos precedentes) que para as lutas "maiores"? A relação com o passado é tão importante para os operários quanto para os camponeses (Taiping) ou os artesãos (Levellers)? Em que caso o apelo ao passado ajuda sobretudo a burguesia a reunir as massas ao seu redor (por exemplo, com os movimentos nacionais da Europa no século XIX) e em que caso se trata de um passo autenticamente popular? Como diferenciar os mitos históricos difusos no seio do povo e aqueles que a burguesia fabrica em seu próprio benefício?

Todas essas questões devem ser abordadas no terreno em que se colocam realmente, o da eficácia política, e não o da erudição. Se é preciso questionar os sucessos fáceis e frágeis que proporcionam as imagens históricas artificiais, é porque esses sucessos ocultam os erros, as lacunas, as armadilhas políticas, cuja inexatidão "científica" é apenas um sinal exterior.

Na medida mesmo em que subestimavam os antagonismos de classe, aí compreendidos os da longínqua Inglaterra saxônica, os Levellers utopistas estavam malpreparados para lutar contra as classes exploradoras do século XVII inglês. Porque aceitavam sem críticas uma imagem idealizada da República romana, as forças populares da Revolução Francesa estavam malpreparadas para enfrentar a burguesia ascendente, ávida por desviar em seu exclusivo benefício o movimento revolucionário contra a monarquia feudal. Quando se satisfazem com uma imagem idílica da Occitânia anterior à conquista pelo norte, os militantes occitanos estão malpreparados para disputar a direção de seu movimento com notáveis, os quais são muito mais zelosos em mudar suas relações com Paris que em mudar suas relações com os trabalhadores occitanos. E a esquerda occitana, consciente desses equívocos e dessas armadilhas, exige "que se enterre de vez o conde de Toulouse Raimond VII" em vez de manter sentinela perto de seu caixão. Ela

denúncia não apenas o mito centralista de uma França eterna e indiscutível, mas

a mitologia, criada pelos occitanos [...], de uma idade de ouro, tão falsa quanto a precedente e perigosa porque igualmente nacionalista, que nasce com a canção da Cruzada dos Albigenses, para reaparecer com Mistral e Companhia...

O mito do século XIII occitano tem duplo papel. Consolar um pouco as pessoas que não se recuperaram da derrota de Muret, 1213, e que, na impossibilidade de fazer uma real Occitânia em seu século, debruçam-se sobre um sonho-ópio. Mas também fornecer a imagem de uma sociedade democrática burguesa (tolerância, igualdade, cultura refinada): ideologia de pequenos-burgueses de sub-prefeitura, sem alcance em relação à história... É preciso liquidar esses sonhos, que servem apenas para obscurecer o sentido da luta occitana, a qual se desenvolve no presente e não no passado*.

Aqui, como sempre, o campo é político. O rigor científico não é uma exigência intelectual abstrata, e sim uma das condições de uma análise política coerente. “Aquele que cria falsas lendas revolucionárias para o povo, aquele que o agrada com histórias melódicas, é tão criminoso quanto o geógrafo que elaborasse mapas mentirosos para os navegadores.**”

Para as forças populares em luta pela libertação nacional e social, o passado é, portanto, um objeto político, um tema de luta. Mas ele é, ao mesmo tempo, o lugar de uma ruptura, a ocasião para afirmar que deve começar um mundo que seja qualitativamente novo. Para tanto, é preciso se excluir do campo histórico clássico e, portanto, de sua cronologia. O qualitativo afirma assim sua primazia sobre o quantitativo, o descontínuo sobre o contínuo. Sente-se que é preciso partir novamente “do zero”. É exatamente isso que significava o *slogan* “ano 1” lançado por *Charlie-Hebdo* em 1973, do qual era de bom tom rir, tanto entre os políticos “responsáveis” quanto entre os intelectuais “razoáveis”. No entanto, muitos movi-

* *Forabanda*. *Bulletim occitan de Paris*. n. 3.

** Lissagaray. *Histoire de la commune*. Ed. brasileira: *História da Comuna de Paris*. Trad. Osmar Pimentel e Afranio Zucoloto. São Paulo, Cultura Brasileira, sem data.

mentos revolucionários proclamaram seu “ano 1”, afirmando assim sua ruptura com a ordem estabelecida através de uma *ruptura do tempo histórico*. É algo que as massas populares compreenderam e compreendem imediatamente. A república francesa em 1792 e a república chinesa em 1912 instituíram novos calendários, sinal da decadência das monarquias seculares que haviam se apropriado da própria estrutura do Tempo, sinal do advento de uma nova era. Na China, desde 1949, o calendário não foi modificado por razões práticas, mas realçou-se o advento de uma nova era (*Shidai*, termo quase cósmico), o fato de que, desde a Libertação de 1949, “os tempos mudaram”, como dizem os camponeses.